

Líderes iniciam amanhã cúpula da pobreza

■ Reunião é última chance do século para corrigir rumos

KRISTINA MICHAELLES

Mais de cem chefes de Estado se reúnem a partir de amanhã em Copenhague, capital da Dinamarca, na Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social para discutir os três grandes temas que ameaçam países ricos e pobres neste final de milênio: pobreza, desintegração social e desemprego. Capitão de um time de mais de 40 milhões de excluídos, o presidente Fernando Henrique Cardoso preferiu ficar em Brasília para cuidar da agenda política de seu governo. Manda em seu lugar o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza.

Parece paradoxal, mas é verdade: esta é a primeira cúpula da História e dos 50 anos de existência da ONU convocada para discutir a pobreza. Cinco anos depois do "socialismo real", será a última oportunidade do século de jogar o foco sobre a falta de desenvolvimento e apontar novos caminhos para diminuir as desigualdades no mundo. Mas a estranha ausência de alguns líderes, como o presidente dos EUA, Bill Clinton — pode esvaziar o sentido político da reunião. "Os chefes de Estado ausentes estarão perdendo a agenda do desenvolvimento social. Não dá mais para marcar uma nova cúpula antes do ano 2000", ataca a socióloga Sônia Correa, do Ibase.

Compromisso — Da reunião resultará uma declaração com nove compromissos solenes assinada pelos representantes de 150 países que confirmaram presença na reunião. Assim como ocorreu na Rio-92 e na reunião sobre População em setembro do ano passado, no Cairo, os governos assinarão também um plano de ação que servirá de base para orientar os programas sociais de cada país.

Segundo um qualificado integrante da delegação brasileira, a cúpula de Copenhague se reveste de um significado especial por dar continuidade ao ciclo de grandes conferências da ONU sobre temas globais que começou com a Rio-92 (Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), continuou em Viena (Direitos Humanos, 1993), no Cairo (População e Desenvolvimento, 1994) e seguirá com as reuniões sobre a Mulher na China, ainda este ano, e sobre assentamentos humanos na Turquia, no ano que vem.

Estas conferências têm o mérito de forçar os governos a continuarem com os temas em foco e de criar a consciência generalizada de que o Estado, sozinho, não consegue mais dar conta de vencer as desigualdades sociais. Precisa buscar novas parcerias com a sociedade civil. "Se não houver a preocupação de buscar mecanismos criativos e novos, há um sério risco de se adotar mais uma declaração solene sem ação prática", diz o diplomata brasileiro. "A ineficácia das soluções tradicionais exige uma nova abordagem."

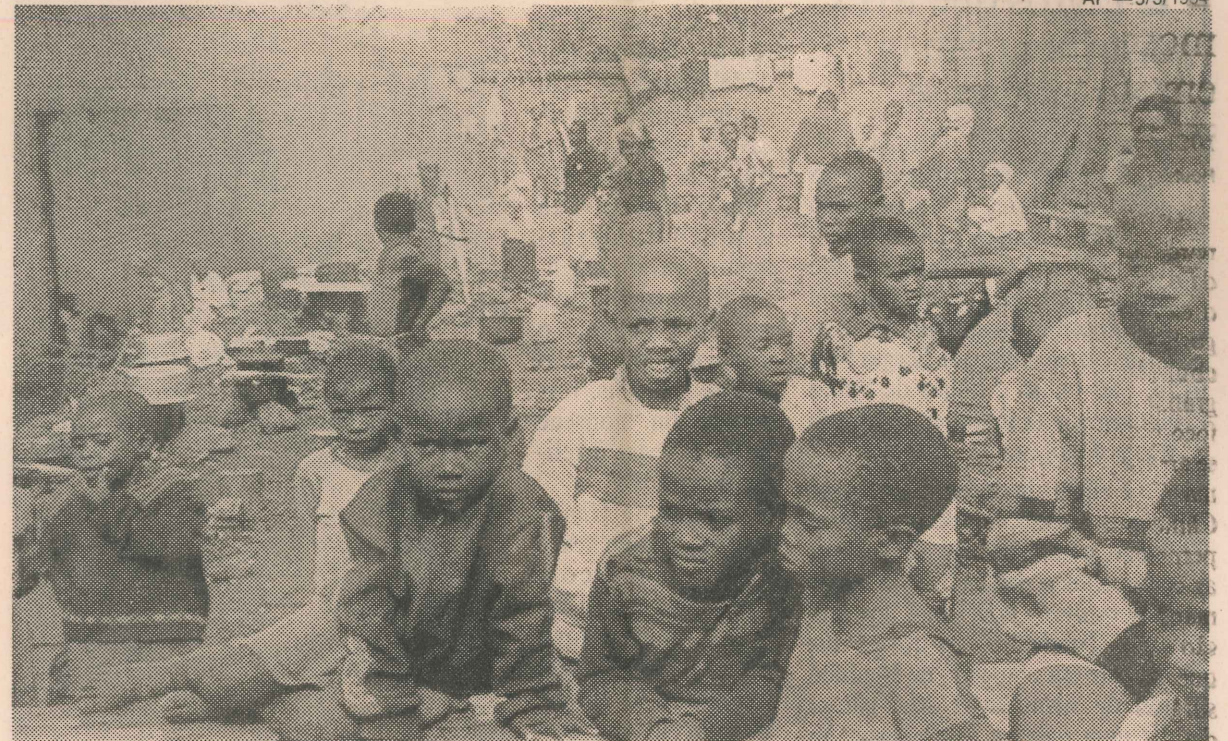
Polêmica — Se existe pouca discordância sobre os termos da declaração e do plano de ação (há pouquíssimos trechos entre parênteses, o que significa falta de acordo sobre a redação, ao contrário do que ocorreu no Cairo) o ponto central será a distribuição de recursos para financiar os programas de desenvolvimento. Desde a Agenda 21, adotada por mais de uma centena de nações no Rio em junho de 1992, os países ricos se comprometeram a destinar 0,7% de seu PIB à ajuda para o desenvolvimento. No Cairo, no ano passado, o debate girou em torno da fórmula 20/20: para amenizar as distorções, todos os países devem destinar 20% da ajuda externa para o desenvolvimento e 20% de seu orçamento para programas sociais. Em Copenhague,

esta questão vai pegar fogo, mais uma vez.

As brigas ficaram cristalizadas nas reuniões preparatórias à cúpula. Países emergentes criticaram a postura dos países ricos (especialmente os EUA) de dar aos documentos um enfoque de "mercado", insistindo nos tradicionais programas de ajuste estrutural. A crise mexicana foi repetidamente citada como exemplo dos riscos encerrados pela globalização, sem que se resolva o *apartheid* social nos países pobres.

A rodada de Copenhague promete algumas surpresas na redefinição dos blocos políticos na era pós-Guerra Fria. O Brasil, por exemplo, continua quase sempre votando com o heterogêneo e polêmico (inclui várias ditaduras) bloco formado pelo G-77 e pela China. Ao mesmo tempo, existe uma crescente oposição entre o G-77 e as chamadas economias em transição (países do antigo bloco socialista).

□ Mais de mil organizações não-governamentais (ONGs) participaram do terceiro encontro preparatório para a Cúpula de Copenhague, em Nova Iorque, em janeiro. Assim como ocorreu na Rio-92, em Viena (Direitos Humanos) e no Cairo, estas ONGs têm exercido uma pressão cada vez maior sobre as delegações quanto à redação dos documentos oficiais e à inclusão de temas importantes para a sociedade civil. "Não podemos correr o risco de nos transformar em uma paradiplomacia, que esvazie a nossa capacidade de pressão", adverte o sociólogo Jorge Eduardo Durão, da Fase. As ONGs discordam dos programas de ajuste centrados no crescimento baseado nas exportações, e que não levam em conta a distribuição da riqueza e aprofundam a desigualdade social.



A tragédia da fome atinge todo o continente africano, onde cataclismas como o de Rwanda se multiplicam

Abismo econômico dobrou

Desde o fim da Segunda Guerra, o mundo experimentou um crescimento econômico ímpar, impulsionado pelo comércio internacional. Mas as desigualdades sociais se multiplicaram. Em 1960, o quinto mais rico da população mundial ganhava 30 vezes mais do que os 20% mais pobres. Hoje, ganha 61 vezes mais. A miséria tem muitos rostos. Tem o rosto da fome e da doença na África. Tem a cara do desemprego, do alcoolismo, da criminalidade e das drogas em cidades famosas e ricas como Paris, Nova Iorque, Berlim e Londres. Tem a cara da falta de moradia e de acesso a escolas e hospitais nas metrópoles inchadas do Terceiro Mundo.

Quase sempre as tensões sociais resultam em conflitos sangrentos. E quanto mais pobre o país, menos dinheiro para programas sociais. O retrocesso em al-

guns países é brutal. Uganda, por exemplo, arrasada por 15 anos de guerra civil, gasta 70% de suas receitas com exportações para pagar a dívida. Um em 12 ugandenses tem o vírus da Aids.

Mi séria — A erradicação da miséria é o primeiro grande tema da reunião. A pauta é ambiciosa: como distribuir melhor o capital e a tecnologia expressos num PIB mundial de US\$ 20 trilhões (hoje 75% deste total vão para 16% da população). "Uma economia e uma ordem política estáveis não podem ser construídos numa sociedade instável. O desenvolvimento social deve ser visto como base de todo desenvolvimento", afirma o secretário-geral da ONU, Boutros Ghali.

Emprego produtivo — O desemprego ameaça indistintamente países pobres e ricos. Na

Europa, há 35 milhões sem trabalho. São níveis inéditos. Como criar os chamados "empregos produtivos", que ocupem um maior número de pessoas? A cúpula de Copenhague quer chamar a atenção do Estado para que crie condições de funcionamento para o setor privado, que apóie o setor informal, facilite a mobilidade dos trabalhadores. Trabalhadores e empresas têm que aceitar novas relações de trabalho, mais flexíveis e inovadoras.

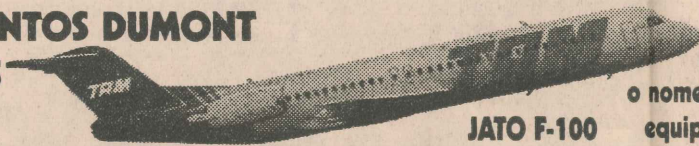
Integração social — O terceiro grande tema da cúpula é a criação de oportunidades para todos, respeitando a diversidade e incluindo grupos marginalizados da sociedade. Dá continuidade aos debates do Cairo sobre população e direitos da mulher. Integrar significa garantir as necessidades básicas para todos, diz a declaração.



NORDESTE

INCLUINDO:
8 DIAS / 7 PERNOITES
7 CAFES DA MANHÃ
1 CITY-TOUR
PASSAGEM AÉREA

SAÍDAS DO SANTOS DUMONT
AOS SÁBADOS
E DOMINGOS



Nos fretamentos é fundamental saber o nome da Cia. Aérea e o equipamento utilizado.

JATO F-100

PORTO SEGURO

HOTEL TERRA
MATER (Tipo 3★).
 Na cidade.

3 x R\$ 81,

PORTO DE GALINHAS

HOTEL ARMAÇÃO DE
PORTO (Tipo 3★).
 Frente à praia.

3 x R\$ 137,

MACEIO

HTL. MARINAS MACEIÓ
 (Tipo 3★). A uma quadra da Praia de Jatiuca.

3 x R\$ 121,

RECIFE

HOTEL MANIBU
 (Tipo 4★). A 2 quadras da Praia de Boa Viagem.

3 x R\$ 132,

NATAL

HOTEL MIRAMAR
 (Tipo 3★). A uma quadra da Praia de Ponta Negra.

3 x R\$ 127,

FORTALEZA

HOTEL VELA E MAR
 (Tipo 3★). Em frente a Praia de Mucuripe.

3 x R\$ 139,

EMBATUR Nº 00942.00.41.3

Anhuar

Preços por pessoa em apto. duplo válido para saídas de março.

CONSULTE SOBRE RESORTS, OUTROS DESTINOS E OUTRAS CATEGORIAS DE HOTÉIS

SE VOCE ENCONTRAR PACOTE IGUAL POR MENOR PREÇO, A SOLETUR BANCA A DIFERENÇA.

Parcelamento nos cartões



CENTRO: 221-4499 • COPA: 255-1895
 IPANEMA: 521-1188 • TIJUCA: 264-4893
 MÉIER: 593-4048 • BARRA: 494-2137
 N.IGUAÇU: 768-3673 • NITERÓI: 710-7401
 Plantão aos domingos das 9 às 15 h • 521-1188



CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS

Um triste retrato do Brasil

“Que Deus me perdoe, mas no mundo não devia ter diferenças. As pessoas deviam ser ou todas ricas ou todas pobres!”. O desabafo de dona Socorro, 56 anos, paraibana que mora com seus cinco filhos num cômodo úmido de três metros quadrados no alto da favela da Rocinha, comoveu na semana passada milhares de dinamarqueses que assistiram a um documentário sobre a situação social no Brasil na TV Danmark, a televisão estatal.

Dona Socorro faz parte do imenso exército de 40,9% da população brasileira que, segundo estudo do Banco Mundial, vivem abaixo da linha da pobreza (renda *per capita* mensal de US\$ 60). Ela está também entre os 20% da base da pirâmide de distribuição de renda que detém apenas 2,1% da renda nacional. Na reportagem sobre o Brasil, os dinamarqueses ficaram sabendo também que dona Socorro é uma típica representante da galopante pobreza metropolitana que avassala os países latino-americanos. Mais de dois terços dos pobres brasileiros são urbanos. E pobre é quase metade das crianças entre zero e três anos que moram nas cidades.

Todos esses números fazem parte do Relatório para a *Cúpula de Desenvolvimento Social* no Brasil, triste diagnóstico preparado especialmente para a reunião da ONU em Copenhague pela professora Amélia Cohn, do Cedoc de São Paulo.

Os dados mostram uma dura realidade. Na Dinamarca e em outros países europeus, onde há uma forte tendência de descentralização, causa espanto saber que uma criança brasileira nascida na periferia de uma grande cidade tem 3,35 vezes mais chances de morrer antes de atingir um ano de idade do que uma criança nascida na área central da cidade. E apesar de sucessivas campanhas de alfabetização, mais de 30 milhões de habitantes da oitava economia do mundo ainda não sabem ler e escrever (taxa de analfabetismo 18,7%).

O relatório diferencia pobres de indigentes. “Promover uma política social significa retirar 42 milhões de pessoas da pobreza e 16 milhões da indigência”, adverte o relatório, que aponta para um aumento na taxa de desigualdade corrido durante os últimos dez anos de recessão. Um terço dos pobres urbanos no país já são classificados como indigentes. A desigualdade regional é impressionante: enquanto 40% das crianças do Nordeste são indigentes, este número cai para 12% na região Sul.

O número de domicílios em nível de indigência é de 4,7 milhões, o que equivale a mais de 25 milhões de pessoas. Quase metade destes miseráveis mais miseráveis mora na área rural. São pessoas que não têm o menor acesso à informação, a escolas, hospitais, que dirá empregos.

Durante os anos de forte crescimento econômico no pós-guerra, o mercado de trabalho se ampliou consideravelmente. Mas apesar da taxa relativamente baixa de desemprego aberto, milhões de brasileiros trabalham na economia paralela, em relações de trabalho informais, sem acesso a direitos trabalhistas ou a programas de qualificação e com baixos salários.

A qualidade dos empregos se deteriorou sobretudo durante a recessão da década de 80. Ao longo dos últimos anos, a informalidade dos empregos convive com um crescente desemprego estrutural, fruto da reestruturação das empresas para fazer face à recessão. O Brasil-dinossauro de estruturas arcaicas convive com problemas de países ricos do fim do milênio, num momento em que o sistema de proteção social está falido e ineficiente.

E como integrar os milhões de excluídos à sociedade? “O que está em jogo é a busca de novas parcerias e articulações entre Estado e setor privado”, diz o relatório, advertindo, no entanto, para a falácia de que o mercado possa cumprir a função de proteção social. Essas “novas parcerias”, portanto, iriam desde a formulação de políticas de criação de empregos (principalmente pequenas e médias empresas) até políticas de maior investimento em capital humano. (K.M.)